

PRISCILLA BERNARDES SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL
NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

GOIÂNIA

2021

PRISCILLA BERNARDES SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL
NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades (EFPH), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professora Orientadora: Dr^a. Maria da Luz Santos Ramos

GOIÂNIA

2021

PRISCILLA BERNARDES SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL
NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades (EFPH), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professora Orientadora: Dra. Maria da Luz S. Ramos

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Professor convidado: Ms. Jaime Ricardo Ferreira

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Média final: _____

Goiânia/2021

Dedico, em primeiro lugar, a Deus, por me conceder a dádiva da vida e a oportunidade de concluir este curso;

A todos da minha família que direta e indiretamente contribuíram para conclusão desta jornada;

Aos meus amigos por todo apoio quando foi preciso;

Em especial quero citar a participação do meu querido pai Gilclésio na concretização deste sonho, sem o apoio dele nada teria se tornado real;

Aos meus filhos Heitor Antônio e Isadora, foi quando eu soube que seria mãe que optei por fazer Pedagogia. Sou eternamente grata por vocês terem me escolhido para ser a Mãe de vocês.

Aos professores e professoras que me acompanharam durante o curso com toda dedicação e empenho, me orientado a respeito de questões essenciais para uma vida plena.

Agradeço à minha orientadora, Maria da Luz Santos Ramos por ter aceitado me acompanhar nesse trabalho, num tema no qual não podemos deixar de abordar no que diz respeito às questões educacionais e, nesses assuntos, ela é grande referência.

Aos professores do curso de Pedagogia, que me fornecem todo o suporte necessário para a realização desse trabalho.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	7
1 O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	9
1.1 Breve Retrospecto da História da Infância.....	9
1.2 Educação Infantil no Brasil	11
1.3 Educação Infantil, uma Realidade: a legislação vigente	15
2 LITERATURA INFANTIL COMO PROPULSORA DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA.....	21
2.1 Literatura Infantil no Brasil	21
2.2 A Leitura na Escola.....	23
2.3 Papel do professor como facilitador do prazer pela leitura	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS	29

A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Priscilla Bernardes Silva

RESUMO: O presente trabalho buscou analisar a importância da literatura infantil para o desenvolvimento integral das crianças, neste contexto, é essencial compreender a importância do hábito da leitura e como o professor poderá contribuir para que o educando adquira prazer por esta atividade. Para a elaboração foi utilizada a pesquisa de revisão de literatura, embasada em livros de autores renomados como: Ariès (1978), Cosson (2009) e Coelho (2000); entre outros que no decorrer da pesquisa contribuíram para uma melhor compreensão do presente objeto de estudo. Sendo assim, este trabalho propõe uma discussão e reflexão acerca do papel do professor enquanto mediador do conhecimento. E a importância da literatura infantil para o desenvolvimento integral da criança, tendo em vista que possui o condão de aperfeiçoar seus conhecimentos, e comprovando que enquanto mais cedo à criança for apresentada ao mundo dos livros, mais fácil será de tornar a leitura algo agradável para essa criança, cabendo a todos os professores, mas em especial aos docentes de educação infantil e ensino fundamental, a incumbência a de mostrar a esses alunos o fantástico mundo da literatura infantil.

Palavras-chave: Literatura Infantil. Desenvolvimento. Criança.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo aborda a importância da literatura infantil no processo de desenvolvimento das crianças, demonstrando a importância do papel do professor como mediador para desenvolver o hábito da leitura.

Uma das funções primordiais da escola é formar indivíduos leitores. Nesse sentido, ela precisa criar oportunidade e possibilidades para que o indivíduo crie gosto pela leitura, para desenvolver leitores competentes a escola tem que possibilitar o acesso das crianças a diversos tipos de materiais escritos que sejam capazes de estimulá-las.

A literatura infantil é um componente que precisa ser visto como essencial na formação de leitores, ela tem um papel social importante, pois o aluno passa a questionar o seu papel na sociedade, faz indagações e percebe-se como sujeito atuante em seu entorno.

Neste sentido, o presente trabalho possui como problemática central: Qual a importância da literatura infantil para o desenvolvimento integral da criança?

Para responder a este questionamento este trabalho possui como objetivo geral analisar o papel da literatura no processo de ensino e aprendizagem do educando e como objetivos específicos: analisar o contexto histórico da infância e as normas da educação infantil; compreender a importância da leitura no âmbito da sala de aula e estudar o papel do professor como mediador para desenvolver o prazer da leitura no contexto da sala de aula.

Para tanto, utilizamos a pesquisa bibliográfica de revisão de literatura, embasada em livros de autores renomados e artigos científicos e periódicos que abordam sobre o tema ora analisado.

O trabalho está dividido em dois capítulos que assim se apresentam:

No primeiro capítulo tratamos acerca do surgimento da educação infantil, trazendo um breve retrospecto da história da infância, tendo em vista que a forma como a criança é compreendida atualmente é recente, sendo que antigamente a criança era vista como um mini adulto, deste modo, aos poucos a criança foi ganhando direitos, sendo um deste o direito à educação. Também é analisada a educação infantil no Brasil e a legislação vigente, para que o leitor possa compreender os principais aspectos da educação infantil e a importância da

literatura dentro da legislação que ampara a criança, por fim, são analisados alguns apontamentos sobre a aprendizagem da leitura e escrita na educação infantil.

No segundo capítulo, discorremos sobre a literatura infantil como propulsora da aprendizagem significativa, para tal, é analisada como se desenvolveu a literatura infantil no Brasil, a importância da prática da leitura no âmbito da sala de aula, como forma de estimular a criança a se tornar um leitor e, por fim, tratamos do papel do professor como um facilitador deste processo da criança sentir prazer pelo ato da leitura.

Esperamos que a presente pesquisa possa possibilitar ao leitor refletir acerca das possibilidades do trabalho com a literatura infantil na sala de aula e que sirva de objeto de pesquisa para novos estudos.

1 O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O presente capítulo visa a analisar a educação infantil e os seus principais aspectos, abrangendo, neste sentido, a história da infância, as normas que regulam a educação infantil e a importância dessa para o desenvolvimento das crianças.

1.1 Breve Retrospecto da História da Infância

A infância como se conhece atualmente passou por um processo de mudanças ao longo do tempo, sendo que no século XXII existia uma ausência de sentimento em relação a infância, que pode ser notada na forma natural com que as famílias observam a moralidade infantil, conforme Ariès (1978)

[...] a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. O autor expõe ainda que essa ausência não se derivava da incompetência ou a falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. (ARIÈS, 1978, p. 50).

Assim, a família não percebia as necessidades específicas da criança, ou seja, os adultos não proporcionavam quaisquer atendimentos diferenciados a elas.

A única diferença concebida entre os adultos e as crianças era a estatura física e, assim, que apresentavam certa independência física eram direcionadas para trabalhos junto com os adultos. Deste modo, as pessoas não possuíam uma fase da vida em que pudessem se divertir ou brincar, tal como ocorre durante a infância atualmente.

De acordo com Heywood (2004), a educação escolar neste período “se limitava na transmissão de técnicas”, ou seja, as crianças obtinham a sua formação no meio dos adultos, reproduzindo o que eles faziam, através da realização das mesmas tarefas.

A partir do século XV, observa-se que algumas mudanças no modo como os adultos se referiam a elas e, nesse momento, começa a surgir um conceito de infância, período em que a criança passou a ser compreendida como um ser inacabado e que precisa de outras pessoas para ajudá-lo inclusive nas suas necessidades mais básicas, sendo que os primeiros anos de sua vida são

destinados para a aprendizagem do meio que o cerca e, também, para brincar com outras crianças (SOUZA NETO, 2011).

Deste modo, entre o século XII e o século XV várias mudanças ocorreram, a infância que antes não significava nada, passou a parecer com os moldes do conceito de infância que atualmente se apresenta, tendo em vista que os adultos passaram a conceber a criança como um ser humano que precisa de atenções especiais para suas necessidades e para com o ato de brincar tão comum na infância.

Outra mudança é descrita por Ariès (1978, p. 157) entre o período do sec. XVI e do século XVII, que expõe uma alteração no modo como as crianças passaram a ser vestidas de forma diferente dos adultos, expõe o autor: “Essa especialização do traje das crianças e, sobretudo, dos meninos pequenos, numa sociedade em que as formas exteriores e a vestimenta tinham uma importância muito grande, é uma prova da mudança ocorrida na atitude com relação às crianças”.

Este fato demonstra, de acordo com Souza Neto (2011), com esta nova forma de vestimenta a infância passa a ser observada sob um novo olhar, com novos significados, passando a ser vista como gentil, afetuoso, carismática. Ariès (1978, p. 158), complementa este pensamento ao expor que “[...] em que as crianças, por sua ingenuidade, gentileza e graça se tornavam uma fonte de distração e de relaxamento para os adultos, um sentimento que poderíamos chamar de ‘paparicação’”.

Com essa mudança de comportamento, as crianças passam a ser melhor tratadas pelos adultos e, se antes não era compreendida com qualquer diferença quando comparadas aos adultos passam a ser “paparicadas”.

A “paparicação” é definida por Ariès (1978) como quando os adultos

[...] fazem-nas [as crianças] cair numa armadilha, quando elas dizem uma bobagem ao tirar uma conclusão acertada de um princípio impertinente que lhes foi ensinado, os adultos dão gargalhadas de triunfo por havê-las enganado, beijam-nas e acariciam-nas como se elas tivessem dito algo correto [era a paparicação] [...] (ARIÈS, 1978, p. 159).

Complementa Heywood (2004, p. 23) que: “A descoberta da infância teria de esperar pelos séculos XV, XVI e XVII, quando então se reconheceria que as

crianças precisavam de tratamento especial, uma espécie de quarentena, antes que pudessem integrar o mundo dos adultos”.

Já em meados do sec XVII a “paparicação” em crianças abordada pelo autor não era uma coisa que se limitava às famílias com maior poder aquisitivo, podendo ser vista a prática em famílias de classes mais baixas. Entre os séculos XVII e o século XX outra mudança ocorreu na compreensão da infância, muitas pessoas deixaram de compreender esta fase como apenas uma distração na qual a criança é “paparicada” e possui liberdade para brincar, passando a se tornar um interesse psicológico e de preocupação moral.

De acordo com Ariès (1978) trata-se de um sentimento inteiramente novo

[...] os pais se interessavam pelos estudos dos seus filhos e os acompanhavam com solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida. [...] A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perde-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela. (ARIÈS, 1978, p. 159).

Outra mudança de paradigma que aconteceu na história da infância está presente nos direitos que elas possuíam inicialmente, que era nulo e, gradativamente, foram sendo instituídos direitos que possuem como objetivo proporcionar uma infância que seja segura e que permita o desenvolvimento para a criança, como por exemplo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que ressaltam a importância da educação infantil que serão apresentadas no próximo item.

1.2 Educação Infantil no Brasil e a legislação vigente

No Brasil, são recentes as abordagens dadas em caráter pedagógico para a Educação Infantil. Historicamente as primeiras instituições de ensino infantil foram criadas em 1908, na cidade de Belo Horizonte e, em 1909, no Rio de Janeiro, mas, com a Revolução Industrial, nas décadas de 20 e 30, surgiram novos espaços para acolher as crianças, cuja finalidade era cuidar dos filhos pequenos para que suas mães pudessem trabalhar, que até então a educação era total responsabilidade da família, girando principalmente em torno da figura materna.

Essa necessidade surgiu em decorrência “[...] do aumento da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estruturas das famílias” (MAGALHÃES, 2017, p. 131). A partir daí, muitas creches são instaladas para atender aos filhos dos operários, sempre ligadas ao assistencialismo.

Os atendimentos se baseavam na concepção assistencialista de educação e ensino, às quais Kuhlmann Jr. (2011) se refere como pedagogia da submissão, uma vez que não se pretendia diminuir as desigualdades existentes entre as camadas sociais, mas fazer com que famílias desprovidas financeiramente aceitassem a exploração social sem questionamentos.

Podemos dizer que essas instituições possuíam como objetivo o combate à pobreza e solucionar problemas relacionados à sobrevivência da criança pequena, servindo como justificativa para a baixa qualidade do atendimento, porquanto os investimentos recebidos eram poucos e de valores insuficientes para manter boas instalações, além da escassez de recursos materiais, formação acadêmica irregular dos profissionais que atuavam nesses lugares e o alto índice de alunos por professor.

O apoio educacional desses alunos “[...] defendidos nos congressos e nas exposições internacionais, já previa que o atendimento da pobreza não deveria ser feito com grandes investimentos” (KUHLMANN, 2011, p. 8). Com a expansão da economia brasileira e cada vez mais a mulher ganhando espaço no mercado de trabalho houve mobilizações sociais no final da década de 70 e 80, sendo eles organizados por mães, movimentos de bairros, sindicatos das grandes cidades e grupos de profissionais e especialistas da educação, todos com a finalidade de lutar e reivindicar mais vagas em instituições de ensino assegurando o direito de atendimento da criança e do adolescente, se necessário, à ampliação do número de vagas e até mesmo a construção de novos prédios para agregar toda a demanda de alunos.

Como resultado dessas manifestações, em 1988, foi promulgado a Constituição Federal da República Federativa do Brasil (CF), que no art. 205 salienta que:

A educação é direito de todos, o Estado e a família em ação conjunta com diversos setores sociais têm por obrigatoriedade promover o desenvolvimento integral do indivíduo, instrumentalizando-o para o

exercício da cidadania e dando a ele qualificação para inserir-se no mercado de trabalho. (BRASIL, 1988)

Segundo o art. 208, no inciso IV “o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade ficará como responsabilidade do Estado”.

A partir de 1980 a sociedade passa a discutir a possibilidade de inclusão das pré-escolas na Educação Básica, intenção concretizada na Constituição Federal de 1988. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, ratifica essa decisão, enfatizando que a Educação é um direito da criança e que deve, portanto, ser universal.

Apesar da Educação Infantil ser uma medida assegurada por lei, o acesso e a permanência da criança ainda estava em segundo plano dentro dos projetos de políticas públicas. Entretanto, na década de 90 com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) permitiu a consolidação dos direitos das crianças adquiridos por meio da Constituição.

Em 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, baseada nos princípios norteadores da Constituição de 88, declarando no Título II, Seção II:

Art. 29 a finalidade da Educação Infantil: “A Educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, p. 12).

De acordo com a LDB no. 9394/96, a educação passa a ser considerada como uma das etapas da educação básica, tornando-se parte do sistema regular de ensino. Sendo necessária à regulamentação e à normatização perante a legislação vigente, sendo a criança e o seu desenvolvimento integral como foco no processo educativo e complementando a ação da família e da comunidade como fator essencial em sua formação.

De acordo com art. 9, inciso IV,

[...] a elaboração dos currículos e conteúdos a serem desenvolvidos em cada etapa da educação infantil, orientação sobre o nível de formação básica comum que o discente deverá ter adquirido durante esse processo terá como norteador os princípios, diretrizes e competências previamente estabelecidos pela União juntamente com os estados, Distrito Federal e os Municípios. (BRASIL, 1996).

Para auxiliar e guiar as práticas educativas em âmbito nacional, o Ministério da Educação e do Desporto desenvolveu o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil em 1998 (MAGALHÃES, 2017).

De acordo com o referido documento a criança já não é mais vista como carente e desprovida de cultura, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) a define como “um ser todo social e histórico” (BRASIL, 1998, p. 21). Ainda nesse mesmo tópico se afirma que ela, como sujeito de direitos, está inserida por meio de sua família em um grupo social, ao qual apresenta uma determinada cultura e está associado ao momento histórico, podendo ser determinante em sua formação inicial.

Pautados nos referenciais as propostas pedagógicas para a Educação Infantil necessitam considerar as influências do contexto sociocultural na formação e aprendizagem, porquanto os conhecimentos que foram assimilados ao longo de sua vida se deram através do contato e das experiências vividas no ambiente em que vive e de seus elementos.

O RCNEI (BRASIL, 1998) respeita a pluralidade e diversidade social, denominando-se como uma sugestão aberta, maleável e não obrigatória, podendo ser adotados na preparação dos currículos e projetos, adaptando-se a realidade e características do contexto social.

Neste contexto, há que se falar ainda do DC-GO, o qual é o resultado de uma ação cultural coletiva em torno da Implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em Goiás. Essa ação cultural envolveu inúmeras frentes de estudo, investigação, análise e diálogo com professores da Educação Básica e do Ensino Superior, das redes públicas e de instituições particulares.

O Documento Curricular para Goiás pretende apontar as necessidades e as expectativas dos profissionais da educação que atuam em diferentes instâncias formativas. O objetivo é garantir os conhecimentos essenciais, estabelecidos na BNCC, a todas crianças e estudantes do território goiano.

Os principais aspectos que envolvem a criação das bases curriculares para promover o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças de 0 a 6 anos tomam como embasamento os conceitos de educar, aprender através da brincadeira e o cuidar, esse adquiriu novos princípios mais abrangentes, como, “[...] proteção, saúde, alimentação, [...] afeto, interação, estimulação, segurança e brincadeiras que possibilitem a exploração e a descoberta” (BRASIL, 1998, p. 17), excluindo a visão

assistencialista que tinha acerca do cuidar, que somente zelava pela alimentação adequada e boas condições de sobrevivência da criança pequena.

O educar está associado às vivências e aprendizagens que o aluno tem acesso, possibilitando o desenvolvimento das capacidades de relacionar-se e conviver com outras pessoas, aceitando e admitindo as diferenças e singularidades de cada um, favorecendo às crianças aprendizagens de conhecimentos mais complexos e diversificados, voltados para a prática social e cultural das mesmas. Nesse processo educacional se estimula o desenvolvimento das capacidades cognitivas, o domínio das habilidades corporais (como por exemplo, a tomada de sua consciência corporal; lateralidade, ambas são elementos da Psicomotricidade), afetivas, éticas e morais, emocionais, objetivando a formação de crianças autônomas, criativas e felizes (BRASIL, 1998).

Diante do exposto, podemos dizer que atualmente as instituições de Educação Infantil devem oportunizar ambientes ricos que na prática os alunos possam ter contato com o meio experimentado e vivenciado novas aprendizagens coletivamente ou individualmente, estimulando o imaginário, a ludicidade, afeto, cognição, entre outros aspectos que contribuirão em sua formação.

1.3 Educação Infantil, uma Realidade

A educação infantil é compreendida como um direito social, deste modo, este campo demanda a elaboração de políticas públicas que sejam educativas para que este direito possa ser implementado (BARBOSA et al., 2016). Vale dizer que o direito à educação infantil não foi algo que a sociedade sempre teve, mas que foi conquistado por meio de diversos movimentos sociais, deste modo, lutar pela elaboração de políticas públicas é essencial para a continuidade desse processo de lutas.

Neste contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apresenta-se como uma ação de cunho educativo que foi instituída visando a efetivação da educação como um direito social. Isto porque possui uma base comum de educação e apresenta-se como essencial para que se possa concretizar a redução das desigualdades educacionais de um país.

A BNCC é um projeto que foi iniciado com a promulgação da Constituição Federativa do Brasil de 1988, constando também na Lei de Diretrizes e Bases da

Educação (LDBEN) de 1966. O objetivo da BNDD é fixar as aprendizagens que são consideradas essenciais para a formação dos alunos da educação básica brasileira (BNCC, 2015). De acordo com a LDBEN (BRASIL, 1996) a BNCC busca nortear os currículos dos sistemas e das redes das Unidades Federativas e instituir propostas pedagógicas para instituições de ensino que sejam privadas e públicas, nortear a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio de todo território brasileiro.

A BNCC é um documento que reúne objetivos de aprendizagem em quatro áreas de conhecimento, sendo estas a Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. O documento também determina um conjunto de conhecimentos e de habilidades que são considerados necessários para a formação dos cidadãos brasileiros em cada ano da Educação Básica e para efetivar a transmissão destes conhecimentos e habilidades a BNCC define seis direitos de aprendizagem que acompanham o aluno durante a educação básica infantil, sendo estes: o direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se (BRASIL, 2015).

Esses seis direitos irão assegurar condições para que as crianças possam aprender “em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas para resolver estas situações, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural” (BRASIL, 2015, p. 38).

A Educação Infantil é compreendida como um dever do estado a partir do direito de educação de todas as pessoas, este direito é legitimado através da Constituição Federativa do Brasil, como já foi analisado, que disciplina que a educação é direito social de todas as pessoas. A partir deste direito a Educação Infantil foi incluída nos sistemas de ensino como a primeira etapa da Educação Básica de um brasileiro por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB). A LDB em seu artigo 29 define as finalidades da Educação Infantil, expondo que

Art. 29 [...] a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Através das orientações desta norma foram elaboradas as primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) que aconteceu em 1999 e que foram revisadas posteriormente pela CNE/CEB nº 05/2009 (BARBOSA et al., 2016). Sendo que, de acordo com o artigo 2º dessa resolução expõe que as DCNEI articulam-se com as DCNEB e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares (BRASIL, 2009).

É importante salientar que as DCNs são normas obrigatórias para a Educação Básica e que possuem como objetivo orientar o planejamento curricular do sistema de ensino brasileiro, sendo que mesmo após a adoção da BNCC estes documentos continuam com a mesma importância, tendo em vista que eles são complementares à Base, isto porque as DCN's irão proporcionar a estrutura que deverá ser seguida, enquanto que a Base irá trazer o detalhamento dos conteúdos e competências que deverão ser seguidas pelos sistemas educacionais.

A LDB de 1996 foi alterada em 2013 e esta alteração trouxe como desafio para a BNCC implementar os direitos e objetivos de aprendizagem que ela disciplinou na Educação Infantil (PORTELINHA et al., 2017). Vale ressaltar que as atuais DCNEI já definiram algumas concepções como educação infantil, criança, currículo, infância e instituições. A educação infantil, de acordo com o artigo 5º da Lei é a primeira etapa da Educação Básica e será oferecida em creches e pré-escolas, sendo que o mesmo artigo trás as noções das instituições que irão atender os alunos, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que irão educar e cuidar de crianças de 0 a 5 anos de idade em jornada integral ou parcial e pré-escola 4-6 anos (Emenda Constitucional nº 59/2009) e não se utiliza de procedimentos avaliativos para promoção ou retenção.

A criança, por sua vez, é abordada no artigo 4º da DCNEI, e é vista como um sujeito histórico e de direitos que irá construir a sua identidade tanto social quanto pessoal com a ajuda da escola, sendo, deste modo, o centro do planejamento curricular. Neste sentido, é importante também trazer a noção de currículo que a lei disciplina, sendo este um conjunto sistematizado de práticas culturais e será neste conjunto que a criança irá articular as suas experiências e saberes.

Pode-se dizer que a DCNEI direciona a Educação Infantil para cumprir o seu papel de proporcionar diferentes experiências de interações, possibilitando diversas formas de agrupamento e estes objetivos são direcionados para que se exista essa efetividade do direito a educação de qualidade.

Para a Educação Infantil a justificativa da Base se pautou na necessidade de operacionalizar as diretrizes curriculares, isto é, construir uma orientação a partir da qual os professores pudessem desenvolver suas práticas, respeitando as diversas dimensões da infância e dos direitos das crianças (CAMPOS; BARBOSA, 2015). Esta concepção vai de encontro com a do MEC (2017), que afirma que a BNCC e os currículos se complementam para garantir aos alunos de todo o território nacional uma aprendizagem mínima essencial em cada etapa da educação e cabem às redes e instituições de ensino adequar o que diz a lei à realidade local e dos alunos, deste modo, o currículo comum trás apenas a orientação deixando espaço para que o pedagogo possa desenvolver suas práticas respeitando a individualidade de sua classe e de cada aluno que a compõe.

É importante salientar que a Base não se estrutura em divisões de conteúdos a ser apreendidos e sim, em campos de experiências nos quais os objetivos devem ser baseados, isto acontece pelo fato de que a BNCC irá orientar as práticas pedagógicas do professor. Os objetivos são divididos em seis eixos, sendo eles: O Eu, o Outro e o Nós; Corpo, Gestos e Movimentos; Escrita, Fala, Pensamento e Imaginação; Traços, Sons, Cores e Imagens; Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações.

De acordo com esta versão do documento, é necessário reconhecer a forma:

[...] como as crianças se relacionam com o mundo, as especificidades dos recursos que utilizam, tais como a corporeidade, a linguagem, a emoção. Entender essa forma relacional e afetiva, muito ligada à vivência pessoal, em que se utiliza um reduzido uso de categorias para assinalar o que se conhece, é crucial a um trabalho na Educação Infantil (BRASIL, 2015, p. 18).

Esses eixos irão orientar os processos pedagógicos, que serão intencionais e possuirão o objetivo de promover relações significativas entre o aluno e o conhecimento produzido pelos homens em seu processo histórico-social, entendendo-se, deste modo, os processos pedagógicos a partir da concepção de construção do conhecimento. Neste processo, a criança é compreendida como

sujeito ativo, que deve participar de diferentes práticas cotidianas, na interação com adultos e com outras crianças (BRASIL, 2015).

Os objetivos de aprendizagens são organizados por grupos de faixas etárias: Crianças de zero a um ano e seis meses; Crianças de um ano e sete meses a três anos e onze meses nas creches e por fim crianças de quatro e cinco anos e onze meses na pré-escola. Para crianças que estão na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental a base também apresenta uma síntese das aprendizagens esperadas para que:

[...] as crianças tenham condições favoráveis para ingressar no Ensino Fundamental. Essas sínteses devem ser compreendidos como elementos balizadores e indicadores de objetivos a ser explorado em todo o segmento da Educação Infantil, e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental, e não como condição ou pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental (MEC, 2017, p. 49).

Para essa síntese, a justificativa é a busca de uma educação que não seja fragmentada e nem “disciplinar do conhecimento”, mas que leve o aluno a ser autônomo e emancipado para levar “sentido ao eu se aprende” (BARBOSA et al., 2016).

Os cinco campos de experiências citados anteriormente, cada um com suas especificidades, utilizam-se dos direitos da aprendizagem (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se), buscando com isso suprir a demanda dos três subgrupos etários de acordo com as suas individualidades no processo de ensino-aprendizagem (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas), levando a eles objetivos de aprendizagens correspondentes à fase de desenvolvimento.

É importante destacar que, assim como na aprendizagem dos demais saberes, a linguagem escrita na EI deve partir do que as crianças já conhecem, acompanhando o disciplinado no artigo 4º da DCNEI que expõe que a criança deverá ser o centro do planejamento. Isto ocorre porque cada aluno é um sujeito único e, por isso, o processo de ensino e aprendizagem deve ser estruturado para amparar as suas necessidades neste processo. Para que isso ocorra, a BNCC propõe dentre outros, sons da língua, letras, leitura de imagens, interpretação de histórias e participação na produção de textos escritos (BRASIL, 2015).

A garantia da continuidade dos processos de aprendizagem das crianças, criando estratégias para os diferentes momentos de transição, é fundamental de acordo com o artigo 10 da DCNEI (transição casa escola, Educação Infantil para Ensino Fundamental). Para as transições que vão além de uma articulação entre um momento e outros, têm que ser vistas como linhas de continuidade.

Para isso, existem alguns aspectos que contribuem para esse processo. Podemos citar a organização curricular das etapas, os princípios éticos, políticos e estéticos das Diretrizes para a Educação Básica ao guiar a definição dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento em todas as etapas e o planejamento de situações de transição, como visitas a outras escolas.

Diante do exposto, a BNCC é um documento muito importante para a efetivação da Educação Infantil, norteador dos processos pedagógicos que serão realizados por meio das práticas pedagógicas aplicadas pelo professor, que deverá seguir os seis eixos de desenvolvimento infantil para elaborar as atividades que serão realizadas e que deverão ser construídas a partir da individualidade de cada aluno.

2 LITERATURA INFANTIL COMO PROPULSORA DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

O presente capítulo abordará a literatura infantil no Brasil, sua importância no âmbito da sala de aula e como o professor pode favorecer enquanto mediador no processo de aquisição e apropriação do prazer pela leitura.

2.1 Literatura Infantil no Brasil

Nos últimos anos do século XX, a ideia acerca da necessidade e relevância da literatura infantil na instrução formativa de pequenos leitores se consolidou, passando a fazer parte das discussões concernentes às políticas públicas de educação e de cultura.

Mesmo distante de uma situação ideal de configurar-se como um país de leitores, em razão dos problemas da qualidade da educação, é importante se reconhecer que a situação não é a mesma de tempos atrás como, por exemplo, a do ano de 1980, quando a criança escutava e, também, desfrutava da mesma literatura para adultos.

Foi necessário muito tempo para que se considerassem as crianças como sujeitos da sociedade com vínculos familiares. Como foi constado no capítulo anterior. O período de maior visibilidade da criança ocorreu no século XIX, originando assim a preocupação e respeito com as precisões e com o crescimento cognitivo e emocional da criança, por isso, as ciências (psicológicas, sociológicas e pedagógicas) passaram a se ater a este público.

Neste contexto, a literatura passa a ser objeto pedagógico de trabalho destes estudiosos que se dedicaram ao público infantil, transmitindo assim, valores e normas da sociedade, com o objetivo de educar o caráter da criança em uma instrução cívica, ética, humanística, intelectual e espiritual.

A intenção de usar a literatura como postura didática é, ainda hoje, um método muito utilizado quando se objetiva transmitir algum ensinamento em concordância com a interpretação de adultos. Acreditamos que essa conduta tem um aspecto negativo, pois limita a condição da criança de criar uma apreensão autônoma e crítica perante a vida.

No Brasil, o reconhecimento da importância dos livros literários infantis aconteceu depois sua valorização como recursos pedagógicos, que tinham como intuito instruir as crianças com bons modos para a convivência em sociedade

Um dos autores que se destacou no Brasil na área da literatura infantil foi Monteiro Lobato. Em 1921, o autor lançou “Narizinho Arrebitado”, que foi utilizado pela rede escolar pública com sucesso, por isso, outras histórias, como o “Sítio do Pica Pau Amarelo”, também foram implementados. Monteiro Lobato foi um divisor de águas na literatura infantil, pois fazendo a herança do passado imergir no presente, Lobato encontrou o caminho criador que a Literatura Infantil estava necessitando.

Entre décadas de 30 e 60, os gêneros literários, até então com destaque para as narrativas, aumentaram, aparecendo cartilhas didáticas, gibis, livros informáticos e novas linguagens tecnológicas.

Na década de 70, a literatura infantil começou a ser identificada como um benéfico objeto auxiliador para o crescimento intelectual e cultural da criança. Ainda neste período, apareceram o Instituto Nacional do Livro, fundado em 1937, que se incumbiu da tarefa de coeditar, viés convênios, uma grande quantidade de obras infantis e juvenis, que foram utilizadas como materiais para a comunidade escolar, que estavam, à época, bastante preocupados com o baixo índice de leitura.

Diversos autores infantis apareceram nesta década a qual é considerada um marco histórico na literatura infantil brasileira, podendo-se citar a Ana Maria Machado, com ênfase para seus produtos literários (Mãe com medo de lagartixa) e (Bia, Bisa, Bel).

Posteriormente, nomes como Maurício de Sousa, criador da Turma da Mônica, Ruth Rocha, criadora da obra Marcelo, Marmelo, Martelo, Cecília Meireles, dentre diversos outros foram surgindo, sendo a literatura infantil brasileira rica em livros de excelente qualidade para que a criança possa compreender melhor o mundo em que está inserida.

Na década de 80 outro símbolo das obras literárias Juvenis e Infantis foi Ziraldo com seu livro “Menino Maluquinho”, Ana Maria Machado com seu livro “Bisa Bia Bisa Bel” e “Palavras, Palavrinhas e Palavrões”, Sergio Capparelli com o livro “Vovô fugiu” de casa e Sylvia Orthof com o livro “A vaca Mimosa e a mosca Zenilda”

Já na década de 90 pode-se citar Stela Carr, com o livro “O fantástico homem do metrô” e José Paulo Paes com o livro “Poemas para brincar”. Nos anos 2000 autores como Ana Maria Machado, com o livro “História meio ao contrário”, José

Paulo Paes com o livro “É isso Ali” e Rachel de Queiroz com o livro “O Menino Mágico”. Atualmente, nome como Benjamin Chaud, Aline Abreu, Carolina Moreyra e Odilon Moraes compõem o acervo de escritores brasileiros que são renomados e possuem sua escrita voltada para a literatura infantil.

Podemos dizer que ao ler e escrever obras literárias, encontramos o sentido da sociedade à qual os seres humanos pertencem. A literatura introduz o que somos e nos encoraja a querer e mostrar o mundo pelo nosso próprio olhar. Isso ocorre, pois a literatura é uma experiência a ser efetuada. Vai além de um saber ao ser recriado, é a inserção do outro em mim.

No próximo item discorreremos sobre a leitura na escola e sua importância na formação de sujeitos leitores.

2.2 A Leitura na Escola

As obras literárias infantis, desde seu surgimento, estimulam uma meditação que busca determinar sua condição em todas as artes. Tendo o estilo uma especificidade por causa da distinção do adjetivo ‘infantil’ e sua reservada amarração com o mundo escolar. Existe, porém, a inquietação em reafirmar o estilo artístico do livro e perpetrar uma meditação a respeito da assimilação que a escola tem desse estilo.

Ainda que atualmente haja uma intensa disposição em apartar os assuntos pedagógicos do produto literário, o ponto de encontro para as diversas sugestões é a escola, lugar onde se aperfeiçoam os leitores. Segundo Lajolo; Zilberman (2012)

São diversos os fatores que colaboram para que o livro Infantil se esteja sempre mais presente em nossas instituições escolares: o decorrente aumento editorial da fabricação direcionada para esse parte; o resultado positivos dos livros criados por escritoras e escritores brasileiros (reconhecido mundialmente); as políticas preocupadas com a desenvolvimento do leitor; a exposição de títulos e escritores brasileiros por organizações públicas e privadas; as sugestões explícitas dos PCNs – Parâmetros curriculares Nacionais – para o incremento de métodos de leitura nos vários níveis da educação; o interesse de numerosos educadores em trazer a leitura literária para os seus métodos docentes e especialmente o caso do estabelecimento escolar desempenhar a função de democratizar a obra literária, num país de escassas bibliotecas e de praticamente quase não existir aquisição desse tipo de literatura em livrarias por esse parte da população que cursa a instituição escolar pública (LAJOLO; ZILBERMAN, 2012, p. 107).

A obra literária infantil é arte e, como tal, precisa ser apreciada e responder às perspectivas do leitor. Desse modo ele pode fartar seu apetite pelo admirável e pelas ambições do pensamento infantil. É por meio da literatura que o aluno aborda uma nova afinidade com distintas visões de mundo e sentimentos, ajustando, portanto, qualidades para o acréscimo intelectual e o desenvolvimento de princípios pessoais para codificar e medir as próprias ações e sentimentos. Para Coelho (2000) a instituição escolar é, hoje, o ambiente privilegiado

[...] em que carecerão de ser difundidas os alicerces para a desenvolvimento do sujeito. E, nesse ambiente, privilegiamos as pesquisas literárias, pois que, de modo mais compreensivo do que alguns outros, eles instigam o exercício do pensamento; a observação do real em suas diversas significações; a percepção do eu em afinidade ao outro; a interpretação do mundo em seus diversos níveis e, sobretudo, dinamizam a pesquisa e noção da língua, do procedimento verbal significativo e consciente para a plena realidade do ser (COELHO, 2000, p. 16).

O principal exercício desenvolvido na instituição escolar é o desenvolvimento de educandos leitores. É essencial conhecer a leitura e bem mais fácil abranger o que foi lido. Boa parte dos conhecimentos que necessita-se compreender na vida se dá por meio da leitura. A leitura é um exercício bem complexo e abarca além da decodificação, princípios ideológicos, contextos culturais, filosóficos, entre outros.

Quando se discursa sobre literatura, discorre-se de uma afinidade bastante próxima entre leitura e leitor. O leitor, na ocasião da leitura, aciona seu conhecimento prévio, mecanismos internos, pauta experiências e fatos e adentra em confusão com seus valores.

Nesse sentido, as obras literárias Infantis, transformam-se numa imensa aliada da instituição escolar em suas múltiplas probabilidade: estimulando a imaginação, divertindo, compreendendo o mundo e desenvolvendo o raciocínio, favorecendo assim, a ampliação do vocabulário e o repertório literário da criança.

No próximo tópico trataremos do papel do professor enquanto mediador e incentivador do leitor fluente.

2.3 Papel do professor como facilitador do prazer pela leitura

Para que de fato a leitura faça parte da vida e do cotidiano dos alunos é preciso fazer um diagnóstico de como se está incentivando esse hábito e qual é o

grau de importância destinado a ele na vida do leitor. Neste contexto, surge a necessidade de se repensar a prática desenvolvida na sala de aula com o escopo de estimular de uma forma mais ampla os educandos nesse processo.

Segundo Zilberman (2017) a admissão ao mundo da literatura depende e ultrapassa a alfabetização e o letramento. Depende da alfabetização, enquanto envolve o domínio das técnicas de leitura e de escrita, e do letramento, na medida em que as práticas de leitura e escrita estão presentes em cada etapa da experiência do sujeito.

Podemos dizer que, uma das razões pela qual o aprendizado da leitura pode ser tão difícil para as crianças, é que às vezes tem pouca informação visual relevante. Assim, uma maneira de facilitar o aprendizado da leitura seria fornecer ao aluno, textos que dependesse de conhecimentos que o mesmo já possui.

No entanto, criando estratégias e tarefas de maneira eficaz que despertem curiosidade e prazer nos educandos, os quais podem até mesmo vir a gostar de ler, despertando o interesse na leitura e descobrindo a importância da identificação e compreensão de cada parágrafo de um texto, consegue contribuir para que desperte a curiosidade no leitor e guiam a sua própria interpretação, ajudando-o inclusive a ter mais segurança e a ficar menos indeciso.

De acordo com Abreu et al. (2020, p. 47) “[...] a leitura de textos é uma atividade na qual se levam em conta as experiências e os conhecimentos do leitor, além de que exige dele bem mais que o conhecimento do código linguístico, uma vez que ler e compreender o sentido do texto”.

Sendo assim, o professor em sala de aula, pode e deve ofertar aos alunos textos que proporcionem a prática da leitura e posterior a ela, uma reflexão sobre a mesma, para observar se de fato a leitura foi realizada corretamente e se houve uma interpretação adequada.

É valioso após a leitura o entendimento, não só para o interessado no artigo, mas para o criador da produção saber que o seu recado foi entendido da melhor maneira possível, porém, na maioria das vezes com dupla interpretação.

No entanto, sabemos que nem sempre quem lê alguma coisa familiariza-se espontaneamente com o que leu, em particular alguns nem conseguem, a não ser com o auxílio de outro suporte. São essas as pessoas que de qualquer forma se sentem isoladas do processo de comunicação instaurada em mensagens, as

mesmas sentem-se cegas, surdas e mudas diante da compreensão possível da leitura e escrita, e qualquer vínculo comunicável com o mundo.

A leitura visa uma compreensão solidária, embora se desencadeie na convivência com as outras pessoas, para que isso aconteça, é importante que envolva o educando na habilidade da leitura, estimulando-o, dando ênfase ao aprendizado como ser humano e resgatando a arte de ler do indivíduo, porque para aprender a ler, é obviamente necessário compreender o processo da leitura.

Portanto, observa-se que nos anos iniciais é preciso que haja uma mudança para melhor instruir os alunos, a partir da alfabetização, uma forma seria transformar as aulas rotineiras em atividades dinâmicas educativas. Ou seja, que o professor, por meio do seu planejamento, vise o despertar da curiosidade, influenciando os alunos a procurar livros e, assim, torná-los cidadãos críticos em relação ao mundo, com base nas interpretações constantes e diferenciadas que o leitor faz a si mesmo.

No entanto, seja quem for o leitor, o ato de ler sempre está vinculado com condições de desencadear e desenvolver pontos fundamentais, que venha fazer a diferença entre a sociedade política, econômica e cultural. Contudo, para que isso aconteça faz-se necessário que educador haja com objetividade, coerência e equilíbrio em sala de aula, a partir de um envolvimento real e abrangente relacionado às práticas de leitura. Segundo Costa (2007):

Na escola brasileira, no entusiasmo e na vontade de fazer nascer o amor à leitura nas crianças, muito se tem insistido em atividades de motivação ou de complementação do ato de ler e interpretar. Não é rara a ocorrência de três ou quatro atividades após a leitura, como desenhar um personagem ou ambiente, dramatizar diálogos e situações a partir de um conto, produzir um texto escrito reformulando a história lida, comparar os textos escritos a filmes ou programas de televisão. (COSTA, 2007, p. 126).

Portanto, o incentivo e a variedade de atividades relacionadas durante e após a leitura podem ajudar o aluno a sentir o desejo de ler. E que o ato de ler tem tudo a ver com quem transmite o exercício da leitura, ou seja, o responsável pelos textos tem que estar preocupado em despertar no leitor uma visão crítica, para que o mesmo tenha interesse em descobrir novos conhecimentos e buscar maneira de compreender o mundo a partir da leitura, para formar cidadãos críticos capazes de agir com reflexão.

Sendo assim, cabe ao corpo docente de uma unidade de ensino, perceber que o ato de ensinar vai muito além de transferir conhecimentos, mas que está ali como uma ferramenta de suporte para o aluno em seu desenvolvimento e que a prática da leitura deve ser vivenciada pelo aluno e o professor deve dar exemplos. Segundo Costa (2007):

Cabe não esquecer que todo o trabalho de formação de leitores para a literatura não pode, em momento algum, menosprezar ou deixar em segundo plano o papel do professor enquanto mediador e enquanto exemplo de leitor, pois, aprender a ler requer que se ensine a ler. O modelo de leitor oferecido pelo professor e as atividades propostas para o ensino e a aprendizagem da leitura não são um luxo, mas uma necessidade (COSTA, 2007, p. 96).

Portanto, o educador deve estar atento ao planejamento que será aplicado ao longo do seu trabalho, pois quando não ordenado, poderá pôr em risco o aprendizado do indivíduo, não somente como educando, mas também como um ser na sociedade, porque todo ser é único, e como tal, tem que ocupar seu espaço com dignidade, certo de que sua capacidade vai além do seu conhecimento prático.

O professor deve estar atento para facilitar o aprendizado de cada um de seus alunos, uma vez que o contexto social brasileiro está marcado por profundas diferenças: sociais, econômicas, políticas e culturais, isso traz para o campo da educação grandes desafios, em particular no diz respeito às novas diretrizes curriculares.

Entendemos que para haver mudanças, é necessário ética profissional nas tarefas docentes, não importa que se trabalha com crianças, jovens ou adultos. É importante dizer que numa instituição é necessário que se faça presente, profissionais conscientes e responsáveis que percebam que o fundamental ainda é o respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura é muito importante para que as pessoas possam melhorar e aperfeiçoar seus conhecimentos, quando se fala em hábitos de leitura tem-se a ideia de leitura de livros, revistas, jornais e folhetos. No entanto, a leitura vai muito além disso, uma vez que existem inúmeras formas de leitura, como por exemplo, a leitura da natureza que o cerca.

No decorrer deste trabalho foi realizada pesquisa teórica, tendo como referência autores que defendem a importância da literatura infantil no desenvolvimento integral da criança. Foram consideradas algumas temáticas importantes sobre o assunto, como a história da infância, as normas e leis que regem a importância da literatura no âmbito da educação infantil, a literatura infantil no contexto brasileiro, a leitura no âmbito escolar e o papel do professor como facilitador para que o aluno desenvolva o prazer pela leitura.

Foi constatado que a leitura, quando estimulada e evidenciada desde a alfabetização, contribui para a formação de um sujeito apto para atuar em seu meio social, favorecendo plenamente o desenvolvimento integral do educando. Uma vez que a leitura trabalhada de forma mais atrativa, ampla e próxima à realidade dos alunos, permite aflorar neles o gosto e o hábito por tal prática, o que futuramente, em um processo gradativo, contribuirá para a formação de um cidadão letrado.

Desta forma, entende-se que é fundamental desde a educação infantil, que a leitura seja trabalhada de forma significativa, a partir dos diversos tipos de materiais textuais presentes no contexto social, ou seja, com materiais diversificados, para que os alunos se aproximem da leitura e tomem gosto desde a menor idade desta prática que é vital para o seu desenvolvimento futuro.

A escola deve considerar a leitura como meio imprescindível para a conscientização e construção de saberes, devendo buscar estratégias para que todas as crianças tenham o pleno desenvolvimento da leitura e da escrita, não fazendo da leitura uma prática constante apenas na alfabetização e nos anos iniciais, mas uma prática diária em todas as fases da vida escolar. E, neste contexto, podemos assegurar que o professor possui papel essencial para a estimular o prazer da leitura nos educandos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Danubia et al. O papel da literatura infantil no contexto da educação infantil e na formação da criança: uma revisão bibliográfica. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 5, p. 40-54, 2020.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- AZEVEDO, Ricardo. Aspectos da literatura infantil no Brasil, hoje. **Revista Releitura, Belo**, 2000.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira et al. O que é básico na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil? **Debates em Educação**, v. 8, n. 16, p. 11, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil**. Volume 01, Brasília: MEC, 1998.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 out. de 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **CNE/CEB nº 05/2009**. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em: 15 set. de 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação Infantil e Ensino Fundamental. Primeira Versão. Brasília: MEC, 2015.
- CADEMARTORI, Lígia. **O que é literatura infantil**. São Paulo: Brasiliense, 2017.
- CAMPOS, Rosânia; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. BNC e educação infantil- Quais as possibilidades? **Retratos da Escola**, v. 9, n. 17, 2015.
- COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Ed. Moderna, 2000.
- COSSON, R. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2009.
- COSTA, M. M da. **Metodologia do ensino da literatura infantil**. Curitiba: Ibpex, 2007.
- FARIA, Vitória Líbia Barreto de. **Currículo na educação infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica**. São Paulo: Ática, 2019.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância:** da Idade Média á época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KUHLMANN JR, M. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 2011.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira.** São Paulo: Ática, 2012.

MAGALHÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**, v. 18, n. 38, p. 81-142, 2017.

MARQUES, Circe Mara; PEGORARO, Ludimar; DA SILVA, Ezequiel Theodoro. Do assistencialismo à Base Nacional Comum Curricular (BNCC): movimentos legais e políticos na Educação Infantil. **Revista Linhas**, v. 20, n. 42, p. 255-280, 2019.

MEC. 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78731-d9057-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 set. de 2021.

OLIVEIRA, Z. R. de. **Educação infantil:** fundamentos e métodos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PORTELINHA, Ângela Maria Silveira et al. A educação infantil no contexto das discussões da Base Nacional Comum Curricular. **Temas & Matizes**, v. 11, n. 20, p. 30-43, 2017.

SILVA, Otavio Henrique Ferreira; DE SOUSA SOARES, Ademilson. Educação infantil no Brasil: história e desafios contemporâneos. **Argumentos pró-educação**, v. 2, n. 5, 2017.

SOUZA NETO, João Clemente de. História da criança e do adolescente no Brasil. **Revista unifeo, revista semestral do Centro Universitário FIEO**, v, 2, n. 3, p. 147-158, 2011.

ZILBERMAN, Regina. **A Literatura infantil na escola.** São Paulo: Saraiva, 2017.